

*Tudo se ilumina
para aquele que
busca a luz.*

BEN-ROSH

הלפיד

*... alumia-vos, e
aponta-vos o ca-
minho*

BEN-ROSH

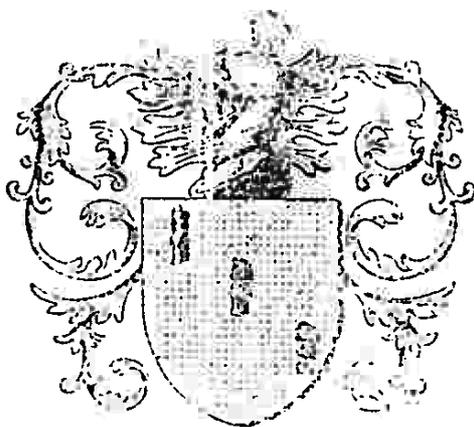
(HA-LAPID)

O FACHO

DIRECTOR E EDITOR — A. C. DE BARROS BASTO BEN-ROSH
Avenida da Boavista, 854-Porto
—(Toda a correspondencia deve ser dirigida ao director)—

COMPOSTO E IMPRESSO NA Empresa DIARIO DO PORTO, L.da
Rua de S. Bento da Victoria, 10
PORTO

Os meus filhos e aos meus discipulos



Fides. Voluntas. Tenacitas

Dos meus antepassados, por linha varonil, herdei o escudo que encima estas linhas e que se descreve da seguinte forma: Em campo de oiro três troncos de árvore com seus esgalhos, da sua côr, dispostos em banda, e tendo por timbre um leão arrimado a um dos troncos do escudo.

A divisa é: Fides - Voluntas - Tenacitas.

A vós, filhos do meu sangue e a vós filhos do meu espírito, ven dar a lição que este escudo, timbre e divisa encerram para que o ameis e honreis com todo o vosso coração, com tôda a vossa alma e com tôda a vossa energia seguindo assim o exemplo do vosso pai e do vosso mestre, que sempre procurou honrá-lo dignamente ao serviço da sua família, da sua pátria e da sua fé.

Em campo de oiro, do metal nobre, que nos ensina qué devemos fundamentar tôda a nossa actividade na nobreza de pensamentos, de palavras e de acções, estão assentes

os três fortes troncos da Fé, da Vontade e da Tenacidade, troncos êsses que são basilares para todos os que pretenderem fazer alguma coisa de grande, mas para que tal se consiga é necessário sustentar sempre com nobre energia cada um dêsses troncos porque assim no-lo ensina o timbre.

E' bela a lição, tratai de aprende-la e praticá-la. E quando algum desânimo, embora passageiro, vos tentar dominar, repeli-o com vivacidade e repeti, sem cessar, as palavras da minha divisa até que elas façam parte integrante do vosso ser e para que êias penetrem, bem e depressa, na vossa alma e no vosso coração pronunciai-as na bela língua portuguesa que vossa mãe vos ensinou a balbuciar:

Com fé, com vontade e com perseverança.
Tudo se alcança.

Barros Basto

PARA OS PEQUENINOS

Historietas Talmudicas

Utilidade das coisas insignificantes

Tem sido imensamente proclamada a utilidade das coisas insignificantes sem que, contudo, ninguém se preocupe com elas.

Parece que custa a entrar nas cabeças a ideia de que as pequenas coisas é que são as grandes, ou melhor, que as grandes coisas são devidas às pequenas. Porém a experiência e a observação há-de encarregar-se de mostrar que assim é realmente.

Mas... o nosso intuito não é vir para aqui barafustar; é única e simplesmente contar uma historieta a propósito. Ouçamo-la, pois:

Um dia o célebre rei David, sentado num divan, deixavá-se embrenhar em profundas meditações. Ao seu cérebro ocorriam tôda a espécie de ideias. Quando pensava nas maravilhas do mundo viu subir pela parede acima uma aranha.

As suas meditações tomaram um novo rumo.

—Para que existirão as aranhas? pensou.

—Parece incrível que Deus creasse estes repugnantes animais, que, afinal, servem apenas para sujar as paredes, enchendo-as de teias.

Nisto vieram anunciar-lhe que um louco estava ali e insistia em lhe falar.

—Os loucos! E' verdade!—esclamou êle

—Para que existirão os loucos? São uns desgraçados e só servem para nos massar. Se Deus creou todas as coisas, não podia ter evitado mandar loucos ao mundo? Estaria isso fora dos domínios do seu poder?

Buscava a explicação do caso quando sentiu uma forte ferradela numa orelha.

—Um mosquito!—exclamou—Para que serão bons estes malditos? Deus também podia ter-nos livrado deles, visto que encomodam ao máximo sem terem utilidade alguma.

Mais tarde, porém, veio a convencer-se de que todos êsses seres, cuja vinda ao mundo considerava uma desgraça, existiam e até para seu benefício.

Quando fugia de Saúl, foi preso pelos Filisteus que o levaram junto do seu rei, Gach. Mas, fingindo-se louco, conseguiu livrar-se da morte porque não houve meio de o rei dos Filisteus acreditar que aquê

homem era o célebre rei David. A isto refere-se o cap. 21, v.º 13 do livro de Samuel: «E mudou a sua fala diante dêles e fingiu-se louco nas suas maneiras e escrevia nas portas deixando correr a sua saliva pela boca.»

Uma outra ocasião, como David fôsse novamente perseguido, escondeu-se numa cova. Pouco depois de êle entrar, uma aranha estendeu a sua teia no buraco. Chegados os inimigos àquele lugar, um dêles propôs: —Vejam se acaso estará nesta cova.—E's tolo—tornou logo outro—Ali não pode estar. Não vez as teias de aranha que tapam o buraco?—Tens razão—concordou o primeiro—continuemos. E lá seguiram escapando assim David à morte.

Os mosquitos também tiveram ocasião de prestar um bom serviço quando David entrou no campo de Saúl para procurar a espada.

Ao passar junto de Abner que dormia êste estendeu uma perna, tendo David a pouca sorte de ficar debaixo deêla. Ficou, pois, numa situação embaraçosa. Se se movesse despertaria Abner e seria homem morto. Se se deixasse estar ali até ao dia seguinte, seria apanhado e ficaria da mesma maneira sem a vida. Pensava na resolução a tomar, quando um mosquito pousou na perna de Abner. Como êste a movesse para fazer fugir o mosquito, proporcionou a David ocasião de se pôr a salvo.

Quando voltou ao seu palácio não pôde deixar de esclamar:—«A obra da criação é magnífica e nela não há nada absolutamente inútil.»

Norberto A. Morêno

Abraham e os Hebreus

Sir Leonard Woolley, que dirige as famosas escavações em Ur, na Caldéia (onde nasceu Abraham), apresenta em volume o primeiro estudo documentado sôbre o patriarca de Israel. Fundador da raça hebraica, Abraham está na origem de três grandes religiões modernas: a judia, a islamita e a cristã. Mas a história desse patriarca é meio desconhecida, e o que Genesis diz passa aos olhos de muitos como pura lenda. Sir Woolley preocupa-se com o mostrar que a narrativa da Biblia é substancialmente verdadeira. Título do volume: «Abraham—descobertas recentes sobre a origem dos Hebreus».

A Inquisição julgada por um dos seus funcionários

«Ocupei o lugar de secretário da inquisição de Madrid durante os anos de 1789, 1790 e 1791; e conheci bem a fundo este estabelecimento para o julgar vicioso nos seus princípios, constituição e leis, apesar das apologias que lhe tem feito. Foi isto que me lançou a aproveitar-me das vantagens que me oferecia a minha posição, para juntar as peças, notar extratos e outros documentos interessantes relativos à sua história. . . pelas aquisições que fiz em 1809, 1810 e 1811, quando o Tribunal da Inquisição de Espanha foi suprimido. Nessa época todos os seus arquivos foram postos à minha disposição, desde 1809 até 1812, aí rebusquei tudo que me pareceu mais essencial nos registos do Conselho da Inquisição e dos tribunais das províncias.

...sou o único em condições de satisfazer a curiosidade dos que desejarem conhecer a verdadeira História da Inquisição de Espanha, por que os materiais necessários para a compor, só existiram entre as minhas mãos; mas em tão grande número, para utilidade do meu empreendimento, que não de suprir talvez ao talento que seria preciso ter para os empregar.

Durante a minha estada em Londres, ouvi dizer a alguns católicos que a Inquisição era útil em Espanha para a conservação da fé católica; o que iludia estas pessoas, era acreditar que bastava ser bom católico para nada ter que recear do Santo Ofício, enquanto que pelo contrário o segredo que envolve o proceder inquisitorial é causa de que nove décimas dos presos são reputados culpados, ainda que bons católicos, porque a ignorância ou maldade dos denunciadores os faz processar por motivos que não são susceptíveis dum sentido heretico senão no juízo dum monge ignorante, que passa por hábil na sociedade por haver estudado a teologia da escola. A Inquisição sustenta e encoraja a hipocrisia; só pune os que não sabem ou não querem por essa máscara, mas é ela incapaz de operar alguma conversão; prova isto o exemplo dos judeus e dos mouriscos que se fizeram batisar sem estarem verdadeiramente convertidos, só para

ter a liberdade de ficar em Espanha. Os primeiros morreram nas fogueiras da Inquisição; os outros passaram à Africa com os mouros, tão maometanos como os seus antepassados antes de serem batisados.

Sou católico, e nenhum inquisidor deseja mais do que eu a pureza da fé. Desejo sinceramente ver a Espanha feliz; mas estas disposições não me poderiam impedir-me de acreditar que a minha pátria gosaria mais da felicidade de que é digna, se a vigilância da fé e dos costumes estivesse confiada aos bispos, como esteve durante vários séculos, pois que estaria então, parece-me, muito mais de acôrdo com o espírito do cristianismo e da Sagrada Escritura, onde lêmos que *o Espírito Santo* (e não S. Pedro nem os papas) *encarregaram os bispos de governar a Igreja de Deus adquirida pelo precioso sangue de N. S. Jesus Cristo.*

Reconhecer-se-á que a conduta do Santo Ofício foi uma das principais causas que enfraqueceram a população de Espanha, obrigando uma numerosa multidão de famílias a abandonar o reino; provando a expulsão dos judeus e mouros; imolando nas fogueiras, por espaço de 3 séculos, mais de 300 mil pessoas, e, parando, por um cego zelo de religião, os progressos das artes, da indústria e do comércio, que teriam feito a glória e a felicidade da nação, se se tivesse deixado livre a entrada no reino aos ingleses, francezes e holandezes, somente com algumas precauções convenientes para impedir a invasão das más doutrinas.

O Inquisidor Geral e o Conselho do Santo Ofício recusam submeter-se às bulas do Papa, todas as vzes que as disposições lhes não conveem, sob o pretexto de que as leis do reino e as ordens do govêrno espanhol não permitem que com elas se conformem, ao mesmo tempo que iludem as ordenanças do rei, quando bem lhes parecem, alegando para isso pretendidas bulas do papa, que lhe proíbem de as acatar sob pena de excomunhão; e, enfim, sabem-se tornar independentes das duas potências, quando os assuntos ficam enterrados no segredo de que usam,

Nunca algum prisioneiro da Inquisição viu o seu processo, e ainda menos o dum outro

acusado. Nunca lhe foi permitido saber da sua própria causa mais do que êle pudesse apreender pelos interrogatórios e acusações, às quais era obrigado a responder, e pelos extratos das declarações testemunhais que lhe comunicavam, ocultando-lhe, não só os nomes das testemunhas e as circunstâncias do lugar, tempo e pessoa, que poderiam dar elementos para a descoberta dos seus denunciantes; mas também o que os depoimentos podiam conter de favorável à defesa; segundo o princípio de que o acusado só devia ocupar-se em responder aos pontos de acusação, e de que só competia ao julgador comparar em sua sabedoria, as respostas dadas com que foi dito em seu descargo.

.....

Será fácil de se convencer (examinando o quadro que apresento) que o judaísmo não foi senão o pretexto para o estabelecimento da Inquisição por Fernando V, e que o verdadeiro motivo desta medida extraordinária foi para pôr em vigôr contra os judeus um sistema de confiscações que devia fazer passar todas as suas riquezas para as mãos do govêrno, enquanto que Sixto IV por seu lado só tinha o designio de realizar o projecto (tão querido à côrte de Roma) de ampliar o seu domínio; que Carlos V o protegeu por política, persuadido de que era o único meio de impedir que a heresia de Lutero penetrasse na Espanha.

.....

«É mais honroso descender de judeus do que de pagãos, porque se encontrou nestes últimos quem tivesse imolado aos ídolos vítimas humanas; e os espanhoes só começaram a vangloriar-se de não descender de judeus quando a política da Inquisição fez encarar como perigoso e humilhante ter-se esta origem.

Entre os descendentes dos judeus em Espanha, em linha masculina, encontra-se os *Arias Davila*, condes de Puñarostro: e acrescento que quasi todos os grandes do reino deles descendem por linha femenina; observação que seria possível fazer recuando mais longe na história de Espanha e Portugal.»

Da «Histoire Critique de l'inquisition d'Espagne», (Tirada das peças originaes dos arquivos do Consell Supremo e dos Tribunais subalternos do Santo Officio), por D. Juan António Llorente antigo secretario da Inquisição de Madrid—Impresso em Paris—1817.

AOS MATERIALISTAS

A existência de Deus

por NORBERTO A. MORÊNO

Já, mais que uma vez, nos referimos nas colunas de Ha-Lapid ao tema simultaneamente delicado e complicado da existência de Deus. Retomamo-lo hoje porque tudo quanto se tem dito e mesmo de futuro se possa dizer será sempre insufficiente.

Na religião israelita há apenas um dogma, princípio fundamental, que é precisamente a existência do Soberano Creador, daquêlê que *é, foi e será, como*, num lato sentido, diz a Biblia.

Não é desconhecida a tendência dos partidários do credo mosaico para fugir ao mistério, tentando desvendar à luz da razão todos os factos. Por isso temos visto a muitos escriptores judeus focar sob múltiplos aspectos êste assunto. Desta vez é que nem é um escriptor que dêle vem falar nem é sob um novo aspecto que vai encará-lo. É apenas um humilde «rabiscador», animado do desejo de, sem se embrenhar em profundas filosofias, auxiliar, sobretudo aquêles que constituem as cinzas da inquisição, a fugir a essa onda materialista que por aí fora vai cobrindo todos aquêles que não possuam uma crêncã sufficientemente profunda ou que recusem pôr tôda a sua intelligência ao serviço desta Causa Soberana. Além dêsses que nos escutem aquêles que baidamente têm passado parte da sua vida tentando compreender êsse puro espirito a que obedece tanto o material como o imaterial. Mas, desde o princípio, não se iludam: essa compreensão nunca será perfeita pela simples razão de que o *imperfeito*, nós, não poderá jamais abranger o *perfeito* «Êle».

A-pes ar-disso não desistimos de oferecer o nosso insignificante auxilio para a compreensão da Sua existência, porque a compreensão da existência duma coisa difere muito da compreensão nítida dessa coisa.

Acrescentemos ainda que não vimos expôr ideas ou teorias nossas; aproveitaremos apenas algumas que Flammarion traz no seu livro «*Deus na Natureza*», por ser êste um escriptor de respeitável autoridade científica.

Para nós, Deus é *uma força creadora e*

directora de todas as maravilhas da Natureza e do Universo. Não privamos ninguém de O batizar com qualquer outro nome; o nosso é que está definitivamente fixado: «Deus».

É de observação vulgar que os novos, aspirantes a cientistas ou literatos, quando meia duzia de artigos ou novelas, possivelmente publicadas, os convencem de que descobriram o róseo caminho que os há-de conduzir ao término glorioso da sua carreira, começam a pôr de parte as crenças religiosas inclusive a própria existência de Deus. E falam, discutem, barafustam, sinceramente convencidos de que já descobriram a grande verdade. Passam a ler escritores materialistas, cujas afirmações proclamam aos quatro ventos, e a formar, por assim dizer, um mundo à parte, mundo este que consideram superior ao outro, o dos crentes.

Coitados!... Não passam geralmente de patetas vaidosos, cujos cérebros precisam ser muito transformados e cultivados até adquirir uma suficiente perfeição que lhes permita compreender a necessidade absoluta dum Creador.

Mas, alto; não é das crenças em particular que queremos falar. Não, porque, não deixamos de concordar, entre elas abundam os absurdos. Queremos única e exclusivamente referir-nos à síntese e ao purismo da crença, isto é, à existência de Deus.

Quando se pergunta a esses pseudo-cientistas qual é a força creadora de todas as maravilhas que se estendem à nossa vista, obtem-se imediatamente esta resposta: — A Natureza. E «impingem-nos», se preciso fôr, as teorias das gerações espontâneas, etc., etc., provas com que julgam arrazar-nos completamente.

É neste ponto que lhes falta a suficiente largueza de vistas.

«Crer que seres vivos, vegetais ou animais—diz Flammarion—podem nascer espontaneamente da combinação de certos elementos, é falar tanto contra o verdadeiro Deus, como acreditar que os planetas nascem do sol ou que a galga é prima do cão dos Pirineus.»

Julgarão eles, por ventura, ao supor que a matéria inerte possa tornar-se *semi-organizada* primeiro, e depois *organizada*, sob a influência de certas forças, que exilam a causa soberana do império da Natureza? Como se enganam! As suas experiências, servem simplesmente, contra a vontade da

maior parte deles, para protestar contra o Deus humano e para elevar o espírito para a concepção mais pura e mais grandiosa do misterioso Creador.»

Será rebaixar a noção de Deus o considerar o universo como o desenvolvimento gigantesco duma obra única, cujos estados se manifestam sob formas diferentes, cujos poderes se traduzem em forças particulares distintas? A substância primitiva ocupava os espaços sem fim. O plano de Deus é que esta substância seja um dia condensada em mundos onde a vida e a intelligencia desenvolverão os seus esplendores.»

É então que a substância é atravessada pela luz, o calor, a electricidade, o magnetismo, a atracção universal, e, duma maneira geral, o movimento sob todas as suas formas desconhecidas. E' então que, sob a influencia desta causa primordial, a terra se abre para a vida e esta surge.

O saúdoso Leonardo Coimbra sintetizava assim estas ideas: «*A mecânica é o socorro de Deus mandado ao Nada*». Compreender as causas determinantes é que é impossível porque, como disse, somos *imperfeitos*. Limitemo-nos a abrir os nossos olhos e a nossa alma e admirar a sublime obra da criação, aspirando os sublimes odores que da Natureza se evolum.

Mas, continúa Flammarion: — «Suponhamos por um momento que a força orgânica, que hoje se transmite de gerações em gerações, tenha aparecido como uma resultante natural e inevitável das condições fecundas em que a terra se achava quando sou a h ra da vida; suponhamos que as primeiras células orgânicas, diversamente constituídas, formando tipos primordiais distintos, embora simples, pobres, grosseiros, sejam as fontes das variedades sucessivas; suponhamos, em fim, que todas as espécies vegetais e animais, compreendido o género humano, sejam o resultado de transformações lentas operadas sob as condições progressivas do globo —em que é que esta teoria destroi a necessidade de um Creador primitivo e dum organizador?»

Quem deu este leite ao universo? Quem organisou esta fecundidade? Quem imprimiu à natureza uma tendência perpétua para o *Progresso*? Quem deu aos elementos da matéria o poder de produzir ou de receber a vida? Quem concebeu a architectura desses corpos animados, desses edifícios maravilhosos cujos órgãos tendem todos ao mesmo

fim? Quem presidiu à conservação dos indivíduos e das espécies pela construção inimitável dos tecidos, da estrutura corpórea, dos mecanismos,—pelo dom previdente do instinto—por todas as faculdades de que são respectivamente dotados os seres vivos, cada qual segundo o papel que deve representar sobre a cena do mundo? Em uma palavra se a fôrça da vida é uma fôrça da mesma natureza que as fôrças moleculares, ainda uma vez, quem é o seu autor? Será pelo facto de que este não teria fabricado tudo pelas suas próprias mãos que vós negareis a sua existência?»

A própria explicação que se dê da origem das espécies jamais tirará «o ceptro das mãos do Governador do Mundo», assim como a ciência da Natureza jámais poderá prejudicar a existência do Sêr Supremo.

«Ora, nós preguntamos aos espíritos de boa fé: em que é que a crênça na antiguidade do homem, mesmo na sua origem semiana, fere a crênça no Deus absoluto? Que a vida tenha aparecido sobre a Terra, que elle se tenha desenvolvido segundo as leis orgânicas, e que do vegetal ao homem a criação anti-diluviana não tenha formado senão uma mesma unidade; em que é que esta hipótese destroe a acção divina? Aqui, como precedentemente, não tem a matéria obediendo às suas fôrças? A vida dos seres não é uma fôrça especial, regente dos átomos, directora dos seus movimentos? Na teoria da selecção natural particularmente, não é a fôrça vital que dirige a marcha do mundo? Nisto como em tudo não é a *matéria escrava, a fôrça soberana?* Admitindo mesmo a mais larga influência dos meios sobre a transformação dos órgãos, esta transformação não é sempre o efeito da vida, e da vida regida pela inteligência e dotada de uma espécie de obediência activa à lei inielectual do progresso?»

E, caros materialistas, vamos terminar hoje, dando ainda a palavra ao escritor a que já nos referimos, Flammarion, visto que elle é simultaneamente eloquente, simples e claro:

«... qualquer que seja o círculo arbitrário que imaginemos traçar em volta da acção sensível do Creador, e pelo qual pretendamos limitar a sua presença, por uma singular subtilidade, *a idea de Deus sempre dêle se escapará pela tangente.*»

E para a compreensão dos fenómenos universais, *«ainda que Deus não existisse teríamos de o inventar.»*

Dos 4 cantos da Terra

Abissínia—O advogado Carlos Alberto Viterbo, membro do Conselho da Federação das Comunidades Judaicas da Italia partiu de Roma para a Abissínia.

Vai tentar organizar comunidades israelitas falachas (uma espécie de maranos abexins) em Addis-Abeba e em Diredava, importante centro comercial.

Antes da sua partida foi recebido pelo ministro das Colonias, o Snr. Alexandre Zessona, que lhe pediu um relatório detalhado sobre os seus trabalhos a realizar na Etiópia.

Espanha—As milicias de Barcelona dissolveram nesta cidade o comité Evra para ajuda aos emigrantes e refugiados israelitas.

Austria—A comunidade israelita de Viena publicou um relatório, onde se verifica que, entre 1932 e 1936, gastou 3 milhões de schilling para obras de beneficência.

Portugal—O governo português agradeceu com a Ordem de S. Tiago da Espada (ordem que é concedida ao mérito literário, artístico e científico) o Snr. William Qualid, Professor na Faculdade de Direito de Paris, Vice-presidente da Alliance Israelite Universelle, membro do consistório israelita de França.

No começo de 1937 este nosso correccionário virá a Lisboa fazer duas conferências e receber as insignias da sua condecoração.

Congresso Mundial Judaico

No dia 8 de Agosto do ano corrente em Genebra (Suíça) na sala da Assembleia da Sociedade das Nações reuniu o Congresso Mundial Judaico, tendo tomado parte 250 delegados das organizações judaicas dos seguintes países:

Argelia, Argentina, Austria, Belgica, Brazil, Bulgária, Canadá, Chile, Columbia, Checo-Eslovaquia, Danzig, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Inglaterra, Itália, Letonia, Lituania, Luxemburgo, Palestina, Perú, Polónia, Portugal, România, Suíça

Estados Unidos da América, Jugo-Slávia e Uruguai.

O discurso inaugural foi feito por Sua Ex.^a o Rabbi Stefan Wise.

Não compareceram delegados das Comunidades alemãs e russas.

Depois do Rabbi Wise discursou o Snr. Dr. Goldman, que entre outras coisas interessantes, disse: E' um dever de lealdade homenagear a Italia fascista, ao contrário de outros países onde impera um nacionalismo mesquinho, ter tratado com simpatia e consideração os judeus, dando-lhe todos os direitos e regalias de que gozam todos os bons italianos.

A seguir o Dr. Goldman censura a Russia, que animada por um espírito sectário, persegue as organizações sionistas e não permite o ensino e a entrada de livros de língua hebraica.

A constituição da inquisição de Espanha

*Nos fins de 1484 Torquemada convocou uma junta geral composta d'inquisidores e de conselheiros: esta reunião teve lugar em Sevilha e aí se decretaram as primeiras leis da Inquisição de Espanha sob o título d'Instrução.

O Novo código era dividido em 28 artigos. Os 3 primeiros determinavam o modo de instalar os tribunais nas cidades, a publicação das censuras contra os hereticos e os apostatas que se não denunciassem voluntariamente e fixavam o prazo de *perdão* para evitar a confiscação dos bens. Estas disposições assemelhavam-se muito às adoptadas pela organização antiga; o quarto artigo determinava que as confissões voluntárias, feitas antes do tempo do perdão, deviam ser escriptas sobre interrogatório dos inquisidores. Por esta maneira de proceder não se concedia o perdão a um homem se não quando ele tinha feito entregar outros à perseguição. O artigo quinto prohibia dar secretamente a absolvição, excepto no caso de ninguem ter tido conhecimento do crime do reconciliado. Esta medida entregava à vergonha do auto de fé público aquelle

mesmo que espontâneamente tinha confessado a sua falta; ela fazia passar somas immensas á côrte de Roma, que concedia, mediante pagamento, breves para dispensar desta humilhante cerimonia.

Pelo sexto artigo, o reconciliado achava-se privado de todo o emprego honorífico, do uso do ouro, prata, pérolas, sêda e lã fina. Estas penitências enriqueciam tambem a côrte de Roma pelos numerosos pedidos de *rehabilitação* que lhe eram dirigidos.

O artigo sétimo impunha penitências pecuniárias mesmo àqueles que tinham feito uma confissão voluntária.

O oitavo determinava que o penitente, que se não apresentasse senão depois de findo o termo de perdão, não podia ser isento da confiscação de bens, em que tinha incorrido de direlto no dia da sua apostasia ou herezia.

O nono artigo ordenava que se impoesse uma pena leve aos subditos de menos de 20 anos, que se apresentassem voluntariamente. Mas que entendiam por penitência leve legisladores tão friamente barbaros?

O artigo X impunha a obrigação de precisar o tempo em que o reconciliado tinha caído na herezia, a-fim-de saber que porção de bens pertenciam ao fisco. Este artigo fez perder a muitas pessoas o dote de suas mulheres porque ele tinha sido pago depois do crime dos sogros. Que desordem para as famílias!

Se um heretico, detido nas prisões secretas do Santo Officio, tocado dum verdadeiro arrependimento, pedia a absolvição, o artigo 11 permitia que ela lhe fosse concedida, sendo-lhe imposto por penitência um aprisionamento perpetuo. Que penitência!

O XII autorisava os inquisidores a condemnar à *relaxação*, como falso penitente, todo reconciliado, do qual julgassem a confissão imperfeita ou arrependimento simulado. Assim a vida dum homem dependia da opinião dum inquisidor.

O artigo XIII pronunciava a mesma pena contra aquêles que se gabassem de terem occultado alguns crimes na sua confissão.

O XIV determinava que se o acusado convicto persistia nas suas negativas, devia ser condenado como impenitente. Este artigo fez levar à fogueira milhares de vítimas, porque se olhavam como convictas pessoas que estavam longe de o serem.

No XV artigo, todas as vezes que existisse uma meia prova contra um acusado

que negasse um crime, devia ser submetido a perguntas; se se confessava culpado nos tormentos e confirmada em seguida a sua confissão, era condenado como convicto; e se êle se retratasse, devia sofrer um segundo interrogatório.

Era prohibido pelo XVI artigo comunicar aos acusados a cópia inteira das declarações das testemunhas.

O XVII prescrevia aos inquisidores de interrogar ôles mesmos as testemunhas.

O XVIII queria que um ou dois inquisidores fôsem sempre presentes no interrogatório, a fim de receberem as declarações do acusado.

O XIX exigia que se condenam por heretico convicto todo o acusado que não comparecesse depois de ter sido intimado.

O XX determinava que, se estava provado pelos livros ou pela conducta dum homem morto que tinha sido heretico, devia ser julgado e condemnado como tal o seu cadaver desenterrado, e a totalidade dos seus bens confiscados em prejuizo dos seus herdeiros naturais.

Segundo o XXI artigo, era ordenado aos inquisidores estender a sua jurisdição aos vassallos dos nobres e de censurar estes, se punham nisso algum obstáculo.

O XXII artigo queria que se concedessem aos filhos daqueles cujos bens tivessem sido confiscados, uma porção dêstes mesmos bens a titulo de esmola.

Este artigo torna-se illusório; porque nunca os inquisidores se ocuparam da sorte destes desgraçados: o abandono e a miséria foram sempre a sua partilha.

Os outros seis artigos deste código eram relativos aos processos que os inquisidores deviam observar entre eles e para com os seus subordinados.

Esta constituição foi aumentada várias vezes, mesmo nos primeiros tempos; mas a-pesar-de todas estas modificações, a maneira de proceder foi pouco mais ou menos, a mesma, os inquisidores nunca renunciaram ao arbitrio, que constituia a base desta jurisprudencia.

Era impossivel ao acusado estabelecer a sua defeza convenientemente, e os juizes colocados na alternativa de reconhecer a sua inocência ou de o considerar culpado, adoptaram sempre êste último partido, e não tinham necessidade de mais provas.

Um código assim sanguinário, cuja execução era confiada a homens que julgavam

defender os interesses do ceu fazendo queimar milhares dos seus semelhantes, não podia senão tornar a inquisição horrorosa».

De «*Histoire de l'Inquisition d'Espagne*» por M. Leonard Gallois.

Publicações recebidas

Cahiers Juifs—Recebido o n.º 23 desta utilíssima revista de estudos interessantes sobre judaismo. Entre outros destacamos o artigo «*La Bible a dit Vrai*» sobre arqueologia da Palestina e o artigo «os judeus e as descobertas geográficas españholas e portuguezas» onde demonstra a grande colaboração dos judeus peninsulares na formação das grandes epopeias sobre o descobrimento de novas terras e novos mares.

Palestine Economique (1936)—Editada pela revista citada, êste belo estudo nos fala da Palestina e do esforço heroico dos nossos pioneiros. Livro interessante, não só para judeus, como tam bem para todos, os que cuidam da colonisação em terras estranhas e de difficil cultura.

Nesta obra podemos estudar: o país, a demografia, a agricultura, o trabalho, a indústria, o comércio, transportes e turismo, a banca, o orçamento, os impostos, as alfandegas, a legislação, os fundos nacionais, as perspectivas, etc., etc.

Trinta illustrações fóra do texto, numerosos gráficos e um mapa da Palestina completam e documentam os úteis e proveitosos ensinamentos, que êste belo livro nos fornece.

(Edition des Cahiers Juifs, 9—rue Iesueur, Paris—16^e)

Alma Académica—Recebemos os n.os 6 e 7 desta publicação. Trata-se duma revista fundada e dirigida por jovens animados do desejo de se envolver, no meio académico, o interesse pelas letras. Boa apresentação e agradável leitura.

Agradecemos e fazemos votos de prospera e longa vida.

Visado pela Comissão de Censura